

Prezados leitores,

A publicação da Edição de nº 133 da Revista Jurídica da Presidência – RJP vem acompanhada de um feito inédito: a *Agenzia Nazionale di Valutazione del Sistema Universitario e della Ricerca* – ANVUR reconheceu o caráter científico da nossa revista. Essa importante conquista na Itália resulta do esforço contínuo da equipe de editoração, dos autores e de todo o corpo técnico. Os trabalhos publicados por pesquisadores de diversos países possibilitam o avanço no desenvolvimento da produção científica e do diálogo internacional.

Ressaltamos, como comunicado na edição anterior, que as datas de publicação do nosso periódico foram alteradas para abril, agosto e dezembro. Assim, informamos que esta edição integra o volume nº 24 da RJP.

Na abertura desta edição, na Seção Autores Convidados, apresentamos o artigo intitulado “*Public Procurement: a brief analysis comparing the Russian and Brazilian legal systems*”, dos autores Kuzma Kichik, Georgy Mordokhov, Carolina Zancaner Zockun, Maurício Zockun e Gabriela Zancaner Bandeira de Mello, que fazem uma comparação entre os procedimentos licitatórios das administrações públicas do Brasil e da Rússia.

A Seção Artigos em Língua Estrangeira inicia com trabalho, de autoria de Deilton Ribeiro Brasil e de Daniela Costa Soares Mattar, que analisa a responsabilidade civil em caso de desastres, pautado em uma recuperação sustentável baseada na igualdade de gênero, na América Latina e no Caribe.

Em seguida, na mesma seção, Antonio Villacorta Caño-Vega, no texto *Una síntesis acerca del doble carácter de los derechos fundamentales desde la teoría estructurante*, discorre sobre a permanência e a renovação constante dos direitos fundamentais sob a luz da teoria estruturante, a qual conduz à historicidade e vitaliciedade dos direitos fundamentais – em razão do desenvolvimento de dimensão objetiva em prol da proteção subjetiva dos direitos.

Iniciamos a Seção Artigos, com o texto “A Escada Ponteana e o Estatuto da Pessoa com Deficiência”, de Glauber Dantas Rebouças, que examina as alterações do Estatuto da Pessoa com Deficiência no contexto da teoria das incapacidades.

Na sequência, no artigo “Crianças e(m) cárcere: o papel da prisão domiciliar na proteção à primeira infância no Distrito Federal”, a autora Carolina Costa Ferreira faz uma reflexão sobre a (in)visibilidade de crianças que transitam pelo cárcere, seja na condição de acompanhantes das mães cumpridoras de pena, seja como visitantes.

No texto “A colaboração dos notários e registradores nos crimes financeiros”, Vladimir Passos de Freitas e Arlei Costa Junior demonstram a importância da atuação dos notários e dos registradores na colaboração junto ao poder público e propõem diretivas para a efetividade dessa função.

Os autores Antonio José Maristrello Porto, Paulo Fernando de Mello Franco e Thiago Cardoso Araújo aprofundam o debate sobre o pagamento de uma indenização justa e prévia em casos de desapropriação, no artigo “O Direito e a economia das desapropriações: as contribuições da economia comportamental e da teoria dos prospectos para a definição do valor da justa compensação”.

Ao encerrar a Seção, o autor João Trindade Cavalcante Filho demonstra uma forma de mensurar a efetividade do controle preventivo de constitucionalidade efetuado pelo Poder Legislativo.

Por fim, fechamos a edição com a Recensão intitulada “A eficácia das normas constitucionais: tipologia ontológica das normas constitucionais”, na qual José Levi Mello do Amaral Júnior destaca a diferença entre implementação e aplicação da Constituição, revisitando diversas doutrinas clássicas do Brasil e de outros países.

Em mais uma publicação, não podemos deixar de agradecer à Equipe Editorial da Revista Jurídica da Presidência pelo empenho em possibilitar um trabalho de excelência ao mundo acadêmico, por meio da colaboração dos nossos avaliadores *ad hoc* e dos textos primorosos enviados pelos autores.

Esperamos que tenham uma excelente leitura!